

Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável

AVALIAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Desenvolvimento da metodologia de Avaliação de Sustentabilidade e condução da Avaliação de Sustentabilidade preliminar para criação do Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS)

PRODUTO 3 – Relatório descrevendo as recomendações sobre avaliação de sustentabilidade derivadas do Pacto Global das Nações Unidas aplicáveis ao HIDS

Elaborado por:

Clara Martins Leite

Consultora em Sustentabilidade

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico - Unicamp

Equipe – Componente Avaliação de Sustentabilidade

Coordenação: Marcelo Cunha – IE Unicamp/DEPI

Adriana Leles – Sanasa
Adriana Franco Braga – Facamp
Clara Martins Leite – Consultora BID
Cláudio Franzolin – PUC-Campinas
David Montenegro Lapola – CEPAGRI Unicamp
Eneida Campos – FCM Unicamp
Fábio Robrigo Fachini – PUC-Campinas
Giampaolo Pellegrino – Embrapa
Gustavo Pereira Fraga – FCM Unicamp
Jose M. de S. Lima Filho – Instituto Eldorado
Josué Mastrodi – PUC-Campinas
Léa Gejer Struchiner – FEC Unicamp
Leila da Costa Ferreira – NEPAM Unicamp
Lizzie Monique Pulgrossi – FEC Unicamp
Luciano Nass – Embrapa
Marcelo Morandi – Embrapa
Márcia Cardelli – Cargill
Maria Carolina de Barros Grassi – IB Unicamp
Marília Folegatti – Embrapa
Maurício Garcia – Sanasa
Pablo Dadalti – FEM Unicamp
Patrícia Mariuzzo – Comunicação HIDS
Patrícia Rinaldi Victal – Facamp
Rafael Moya Rodrigues Pereira – CPFL
Ricardo Pannain – PUC-Campinas
Simone Pereira de Souza – FEM Unicamp
Thalita Dalbello – DEPI Unicamp
Vanderlei Braga – DEPI Unicamp
Vanessa Gomes da Silva – FEC Unicamp
Victor Deantoni – PUC-Campinas

Sumário

Equipe – Componente Avaliação de Sustentabilidade	2
1. Introdução	4
2. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Pacto Global	6
2.1. SDG Compass	10
2.2. SDG Action Manager	15
3. Outras metodologias de avaliação e relato de sustentabilidade corporativa	20
3.1. Global Reporting Initiative	20
3.2. Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3)	22
3.3. Relato Integrado (IR)	24
4. Conclusões	26
5. Anexos	28
6. Referências	29

1. Introdução

Este **Produto 3 – Relatório descrevendo as recomendações sobre avaliação de sustentabilidade derivadas do Pacto Global das Nações Unidas aplicáveis ao HIDS**, compõe o escopo do Contrato 132557 - No. 0001, que tem como objetivo desenvolver uma metodologia de avaliação de sustentabilidade e condução da avaliação preliminar para criação do HIDS.

São objetivos específicos deste trabalho:

- Propor uma metodologia (modelo) aplicável para a avaliação da sustentabilidade de todas as atividades a serem desenvolvidas no HIDS, considerando:
 - i. Os modelos de avaliação de sustentabilidade dos stakeholders que formam o Conselho Consultivo Fundador da HIDS;
 - ii. Os princípios recomendados pelo Pacto Global das Nações Unidas no âmbito do alinhamento das práticas empresariais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas.
 - iii. Os princípios baseados na Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), através de um modelo de insumo-produto (Economic Input-Output Life Cycle Assessment - EIOLCA);
- Realizar a avaliação de sustentabilidade (avaliação preliminar) das atividades planejadas para o HIDS e que estejam em andamento durante a execução das atividades desta consultoria, utilizando a metodologia proposta para esta avaliação.

Para a proposição desta metodologia, diversas atividades que englobam os objetivos específicos acima descritos estão sendo realizadas de forma integrada, afinal esta construção não se dá de forma linear, mas pressupõe uma composição de fatores e modelos que estão sendo compartilhados e analisados pela equipe da componente.

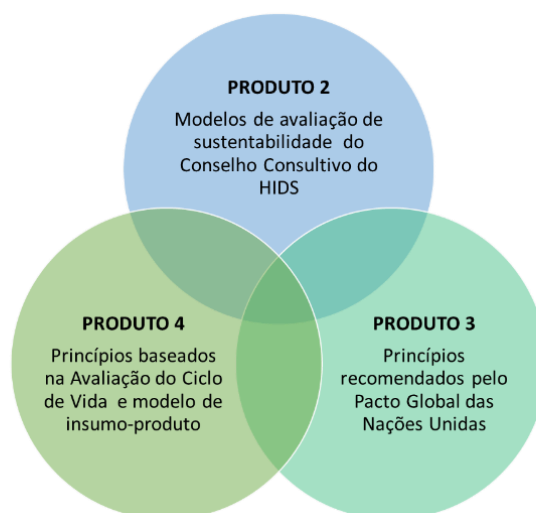
De todo modo, para elaboração deste **Produto 3**, será feito um recorte das atividades realizadas em relação à análise dos princípios recomendados pelo Pacto Global das Nações Unidas no âmbito do alinhamento das práticas empresariais aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, adaptado à realidade do HIDS.

Também será apresentada brevemente as ferramentas SDG Compass (**Anexo 1**), que oferece um guia para incorporação dos ODS nas estratégias empresariais, e SDG Action Manager, desenvolvida pelo Pacto Global e o B Lab como “uma solução online e gratuita feita para ajudar o setor empresarial a alinhar suas estratégias e operações às

metas dos ODS. A plataforma indica riscos e oportunidades de negócios e propõe metas que podem servir de base para a construção de um plano de ação”¹.

A figura abaixo representa os elementos que serão considerados para construção da metodologia de Avaliação de Sustentabilidade do HIDS e o recorte que será apresentado neste relatório.

Figura 1. Elementos que serão considerados para construção da metodologia de Avaliação de Sustentabilidade do HIDS



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Além das recomendações do Pacto Global, ao final do relatório será apresentada uma breve análise sobre outras metodologias de avaliação de sustentabilidade corporativas, como o Global Reporting Initiative (GRI) Standards, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), e o Relato Integrado (Integrated Reporting – IR), de modo a complementar o arcabouço metodológico que está sendo levantado para embasamento da construção da metodologia de Avaliação de Sustentabilidade do HIDS.

Cabe ressaltar que as metodologias aqui apresentadas, assim como as metodologias apresentadas e analisadas nos Produtos 2 e 4 não excluem a possibilidade de serem incorporadas outras referências. Ao contrário, especialmente considerando que os objetos a serem avaliados estão em construção, o processo de busca e compartilhamento de metodologias de avaliação, assim como indicadores de referência, será um processo constante e aberto, envolvendo a equipe desta e demais componentes que formam o HIDS.

¹ <https://www.pactoglobal.org.br/pg/sdg-action-manager>

2. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Pacto Global

A humanidade passou, historicamente, por diversas transformações que tiveram consequências nocivas de ordem ambiental, sociopolítica e econômica. Como consequência, emergiu a perspectiva de que o desenvolvimento é necessário desde que atenda a um conjunto de princípios, o que ocasionou uma pressão cada vez maior para que governos, empresas e sociedades redefinam suas metas em direção a um modelo de desenvolvimento “sustentado”, ou seja, de longo prazo, durável, consistente e sistemático (LEAL FILHO, 2000).

No contexto empresarial, a sustentabilidade torna-se o modelo para atuação no século XXI, de modo que organizações passam a ser corresponsáveis por promoverem o desenvolvimento sustentável. Assim, projetos ligados à sustentabilidade passaram a fazer parte da pauta das empresas que querem se manter competitivas no cenário atual e no longo prazo (LEITE, 2018).

As Nações Unidas sempre estiveram à frente das discussões e proposições de modelos de Desenvolvimento Sustentável. Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, promoveu pela primeira vez o debate em nível mundial sobre os problemas ambientais globais. Deste debate surge a tese do Ecodesenvolvimento, que irá originar o Relatório Brundtland (Our Common Future), publicado em 1987. Neste relatório, é apontado que o crescimento deverá considerar a eficiência econômica, o equilíbrio ambiental e a igualdade social. Neste mesmo ano, foi cunhado o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades.

As conferências das Nações Unidas que aconteceram nos anos seguintes, como em 1992 no Rio de Janeiro, em 2002 na África do Sul e a Rio+20 em 2012, diversos avanços foram feitos em relação à conceituação de Desenvolvimento Sustentável e discussão de mecanismos que o tornasse possível. Em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou oito objetivos na Declaração do Milênio, chamados de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

Vários avanços ocorreram nestes 15 anos da Agenda do Milênio, mas os ODM eram bastante amplos e complexos de serem mensurados. Sendo este um desafio, na Agenda do Desenvolvimento pós-2015, também conhecida como Agenda 2030, foi analisada a necessidade de o desenvolvimento sustentável ser medido, avaliando-se a

efetividade dos resultados, utilizando indicadores, métricas e dados críveis e comparáveis, para se tornarem objeto de acompanhamento. É neste contexto que foram lançados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), composto por 17 objetivos e 169 metas.

Observa-se, portanto, uma busca internacional por mensuração dos resultados do que já foi implementado e que sirva como parâmetro para novos direcionamentos. A Agenda 2030, da qual os ODS fazem parte, possui metas que deverão ser alcançadas até esta data, ou seja, a tomada de decisão dos governos, empresas e sociedade civil no sentido de colaborar para a realização dessas metas é urgente. No início de 2020, o secretário-geral da ONU, António Guterres, chamou este momento de “A Década da Ação”, ou seja, este é o momento de agir para que seja possível alcançar os ODS e suas metas até o prazo estipulado de 2030. Os ODS estão descritos na **Tabela 1** abaixo.

Tabela 1 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

ODS 1	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
ODS 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável;
ODS 3	Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 4	Garantir a educação inclusiva com equitativa qualidade e promover a aprendizagem ao longo da vida com oportunidades para todos;
ODS 5	Alcançar a igualdade de género e empoderar as mulheres e meninas;
ODS 6	Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos;
ODS 7	Assegurar o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos;
ODS 8	Promover um crescimento económico sustentável e inclusivo, com pleno emprego e trabalho digno para todos;
ODS 9	Desenvolver infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e promover a inovação;
ODS 10	Reduzir as desigualdades dentro e entre países;
ODS 11	Tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, fortes e sustentáveis;

ODS 12	Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis;
ODS 13	Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e seus impactos;
ODS 14	Conservar o uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade;
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
ODS 17	Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: <https://www.pactoglobal.org.br/ods>

Avançando em relação às propostas do seu antecessor ODM, os ODS chamam explicitamente todas as empresas para aplicar a criatividade e inovação para resolver de forma sustentável os desafios de desenvolvimento. Apesar dos ODS terem sido acordadas entre os governos que fazem parte das Nações Unidas, o seu sucesso depende da ação e colaboração de todos os intervenientes, estando as empresas no cerne deste processo.

No âmbito empresarial, o Pacto Global (ou Global Compact) é a iniciativa da ONU para que as empresas se envolvam na agenda do desenvolvimento sustentável. Lançado em 2000, pelo então Secretário Geral Kofi Annan, o Pacto Global é considerado a maior iniciativa voluntária de cidadania corporativa do mundo, com mais de 14 mil signatários, entre empresas e organizações, organizados em 70 redes.

A Rede Brasil do Pacto Global foi fundada em 2003 e hoje conta com mais de 950 signatários, sendo a terceira maior rede local e a maior das Américas. Atua no Brasil em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e está sob a gestão do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG)².

Ao se tornar signatária do Pacto Global, as organizações comprometem-se a seguir dez Princípios universais, derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e

² <https://www.pactoglobal.org.br/>

Desenvolvimento e da Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção. A **Tabela 2** apresenta estes Princípios.

Tabela 2 - Os dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas

Direitos Humanos
1. “As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente”
2. “Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos”
Trabalho
3. “As empresas devem defender a liberdade de associação e reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva”
4. “A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório”
5. “A abolição efetiva do trabalho infantil”
6. “Eliminar a discriminação no emprego”
Meio Ambiente
7. “As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva sobre os desafios ambientais”
8. “Desenvolver iniciativas a fim de promover maior responsabilidade ambiental”
9. “Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis”
Combate à corrupção
10. “As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina”

Fonte: Pacto Global - <https://www.pactoglobal.org.br/10-principios>

As grandes empresas no Brasil têm mostrado protagonismo e empenho na incorporação dos ODS nas estratégias empresariais, especialmente aquelas que possuem uma atuação formal junto ao Pacto Global e que estão relacionadas nos índices de sustentabilidade no Brasil e no exterior. Entretanto, este processo está acontecendo de forma mais lenta do que esperado e de forma pontual dentro das empresas, ou seja, há um alinhamento com os ODS relacionado à programas e projetos específicos, mas ainda não se percebe uma grande transformação no modo de produção das empresas ou dos ODS pautando as tomadas de decisões empresariais de forma mais estruturante.

O maior impacto social e ambiental que uma empresa tem sobre os ODS pode estar além do escopo dos ativos que possui ou controla, portanto, é necessário o

levantamento da cadeia de valor - desde a base de fornecimento e logística de entrada, através da produção e operações, à distribuição, utilização e vida útil dos produtos - como o ponto de partida para avaliar o impacto e a definição de suas prioridades (UNGC, GRI, WBCSD, 2015).

Com a integração das estratégias e direcionadores empresariais às perspectivas dos ODS, as empresas poderão beneficiar-se de uma maior visibilidade de seus compromissos com a sustentabilidade, do fortalecimento das suas relações com os *stakeholders* e com as organizações da sociedade civil, bem como de um alinhamento da sua agenda social a uma agenda pública global.

Esse processo de alinhamento, no entanto, é desafiador e para incorporar a perspectiva da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável aos seus investimentos e direcionadores, as empresas deverão cumprir algumas tarefas, como definir metas conectadas às metas dos ODS, identificar os indicadores a serem utilizados e, sobretudo, avaliar os resultados dos seus projetos sociais e ambientais.

De qualquer forma, o Pacto Global convida as empresas a implementarem em suas práticas os ODS e dispõe de ferramentas, treinamentos e grupo de trabalho sobre o tema. Neste relatório, serão apresentadas brevemente duas dessas ferramentas: o *SDG Compass*³ e o *SDG Action Manager*⁴, conforme será explorado nos próximos itens.

2.1. SDG Compass

O guia Sustainable Development Goals Compass (*SDG Compass*) foi criado em 2015 por iniciativa do United Nations Global Compact (UNGC), Global Reporting Initiative (GRI) e World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) (UNGC, GRI, WBCSD, 2015). O *SDG Compass*, apresenta as cinco etapas que ajudam as empresas a alinharem suas estratégias e monitorarem, mensurarem e comunicarem suas contribuições para o atingimento dos ODS. Os cinco passos estão representados na **Figura 2**.

³ <https://materiais.pactoglobal.org.br/sdg-compass>

⁴ <https://www.pactoglobal.org.br/pg/sdg-action-manager>

Figura 2 - Cinco etapas do Compass ODS.

Fonte: SDG Compass, 2015.

2.1.1. Passo 1 – Entendendo os ODS

O primeiro passo sugerido pelo *SDG Compass* é o **entendimento dos ODS**, que consiste em compreender a percepção e familiarização da empresa quanto aos ODS e suas metas, além de entender como as soluções desenvolvidas por uma empresa, seus investimentos e práticas podem afetar o atingimento desses. Este entendimento também pode representar a geração de novas oportunidades de negócios e minimização dos riscos, contribuindo com a definição de prioridades.

Dentre os benefícios de uma empresa desenvolver e entregar soluções para atingimento dos ODS, de acordo com o guia, estão os seguintes: identificação de oportunidades de negócios futuros, aumento do valor da sustentabilidade corporativa, no sentido de proteger e gerar valor para as próprias empresas que desenvolvem essa estratégia; fortalecimento das relações com as partes interessadas; contribuição para estabilização de sociedades e mercados; utilização de uma linguagem comum e compartilhada (UNGC, GRI, WBCSD, 2015).

Ainda sobre o entendimento dos ODS, é importante que esses sejam internalizados, ou seja, reconhece-se que é responsabilidade das empresas de todos os portes o cumprimento da legislação vigente e respeito aos direitos universais e nenhuma ação realizada no sentido de alinhamento aos ODS pode ser considerada compensatória no infringimento destas responsabilidades.

2.1.2. Passo 2 – Definindo Prioridades

O segundo passo refere-se à **definição de prioridades**, através da avaliação do impacto positivo e negativo, atual e potencial sobre os ODS em toda cadeia de valor de uma determinada empresa. Para este passo, são sugeridas três ações: (i) mapear a cadeia de valor para identificar as áreas de impacto; (ii) selecionar indicadores e coletar dados; (iii) definir prioridades.

Para mapeamento da cadeia de valor, é importante que sejam considerados os impactos atuais e futuros e suas relações com os ODS. Para isso, ferramentas como Avaliação de Ciclo de Vida, Modelo de Insumo-Produto e calculadoras de emissão de gases de efeito estufa, por exemplo, podem contribuir para que as empresas realizem seu mapeamento de áreas de alto impacto. Além disso, sugere-se incluir o engajamento de atores externos à empresa na identificação de seus impactos e relação com os ODS.

A **Figura 3** abaixo demonstra um exemplo deste mapeamento dos ODS na cadeia de valor.

Figura 3 – Exemplo de mapeamento dos ODS na cadeia de valor



Fonte: SDG Compass, 2015.

Após o mapeamento das áreas de alto impacto, é importante que as empresas definam quais serão as áreas prioritárias para atuação e, para cada uma das áreas de impacto, identifiquem um ou mais indicadores que possibilitem relacionar as atividades da empresa com seu impacto no desenvolvimento sustentável. Indicadores de outras metodologias como GRI (que será detalhado no item 3.1 deste relatório) podem contribuir e inspirar para a definição dos indicadores de cada empresa.

A partir desta priorização e definição de indicadores, inicia-se a coleta de dados e isso pode ser realizado tanto acessando as áreas responsáveis e coletando os dados diretamente, quanto realizando outros tipos de pesquisa para esta coleta (como visita de campo, aplicação de questionários, etc.). Após esta coleta, recomenda-se a produção de relatórios com as informações analisadas e o estabelecimento de processos de verificação interna e externa, de modo a aumentar a confiabilidade dos dados.

As ações descritas até o momento neste item devem possibilitar um amplo entendimento atuais e potenciais das atividades de uma empresa em relação ao desenvolvimento sustentável. Feito isso, é importante que se estabeleça prioridades em relação aos ODS, avaliando a “magnitude, gravidade e probabilidade dos impactos negativos atuais e potenciais” (SDG Compass, 2015). Ao mesmo tempo, sugere-se o levantamento de oportunidades para as empresas a partir dos ODS prioritários, como por exemplo a possibilidade de promover inovações, desenvolvimento de novos produtos e ampliação de mercado.

O guia ressalta que o processo de definição de prioridades muitas vezes envolve um caráter subjetivo. Por isso, sugere-se que este processo seja documentado e revisto periodicamente.

2.1.3. Passo 3 – Estabelecendo metas

O terceiro passo refere-se à **definição de metas** que sejam mensuráveis e que estejam vinculadas a um prazo para seu cumprimento. Para execução deste passo, sugere-se quatro ações:

- i. Definir o escopo das metas e selecionar KPIs (*key performance indicator*) – definir metas orientadas às prioridades estratégicas definidas no Passo 2 e, para cada uma delas, definir um ou mais indicadores-chave;
- ii. Definir a linha de base e selecionar o tipo de meta – esta ação está relacionada ao processo de avaliação de impacto do Passo 2;
- iii. Estabelecer o nível de ambição – para isso, pode-se analisar o desempenho atual e o histórico da empresa em relação à meta em questão e fazer uma projeção de tendências e cenários. Entretanto, para que as metas sejam, de fato, ambiciosas, sugere-se a realização de pesquisas *benchmark* e a adoção do método “de fora para dentro”, ou seja, olha-se para as necessidades globais e societárias e a partir disso projeta-se as metas internas. Os ODS são um ótimo parâmetro para orientar este olhar, visto que representam um consenso global sobre os parâmetros de progresso que se espera;
- iv. Anunciar o compromisso com os ODS – o fato de tornar os compromissos e metas públicas demonstram as aspirações de uma empresa a respeito do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que se torna uma ferramenta de controle dos públicos de relacionamento das empresas no sentido de acompanhamento do cumprimento ou não das metas estabelecidas. Pode haver um risco reputacional neste sentido (caso as metas não sejam

cumpridas), por outro lado essa publicização pode melhorar o engajamento interno e ser fonte de influência e inspiração externa.

2.1.4. Passo 4 – Integração

O quarto passo refere-se à **integração da sustentabilidade** no *core business* e governança das empresas e o levantamento do estágio de incorporação de metas de desenvolvimento sustentável em todas as funções dentro da instituição. Isto se faz fundamental, pois a consecução de objetivos partilhados é mais acessível, levando ao envolvimento de parcerias em toda a cadeia de valor, dentro de seu setor e/ou com os governos e organizações da sociedade civil.

2.1.5. Passo 5 – Relato e comunicação

O quinto e último passo refere-se aos **relatórios e comunicações**, cujo objetivo é identificar se há veracidade e transparência na prestação de informações sobre o desempenho do desenvolvimento sustentável às partes interessadas. Este processo de relato e comunicação também contribui para o estímulo às mudanças e tomadas de decisão internas, na medida em que se torna uma ferramenta estratégica utilizada para apoiar processos de tomada de decisões sustentáveis, estimular o desenvolvimento organizacional, obter melhor desempenho, engajar partes interessadas e atrair investimento.

Os próprios ODS fazem um chamamento para que haja este tipo de relato. A meta do ODS 12.6, por exemplo, solicita que governos de todos os lugares “incentivem as empresas, especialmente as de grande porte e transnacionais, a adotarem práticas sustentáveis e a integrem informações de sustentabilidade no seu ciclo de relato”.

2.2. SDG Action Manager

O **SDG Action Manager** é uma ferramenta desenvolvida e lançada em 2020 pelo Pacto Global em parceria com o B Lab para ajudar o setor empresarial a alinhar suas estratégias e operações às metas dos ODS. Para apoiar a chamada “Década da Ação” (2020 – 2030), esta solução de gerenciamento de impacto permite que empresas em todo o mundo estabeleçam metas, acompanhem o progresso e permaneçam motivadas em suas ações em relação aos ODS.

A ferramenta é online, gratuita, está disponível em 5 idiomas e é uma junção da Avaliação de Impacto B do B Lab, os Dez Princípios do Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, com a intenção de viabilizar que empresas realizem ações significativas por meio de autoavaliação dinâmica, *benchmarking* e aprimoramento.

O B Lab é uma organização sem fins lucrativos que atende a um movimento global de pessoas e desenvolve as iniciativas do B Lab, que incluem a Certificação de Empresa B, a administração do software e dos programas de Gerenciamento de Impacto B (B Impact Management) e o advocacy pelo desenvolvimento de estruturas de governança, tais como a benefit corporation. Até o momento, existem mais de 3 mil Empresas B Certificadas em 150 indústrias e em 70 países. Além disso, mais de 70 mil empresas usam a Avaliação de Impacto B⁵.

Diversas instituições internacionais e especialistas de todo o mundo participaram da construção desta ferramenta, incluindo The Danish Institute for Human Rights⁶; Global Reporting Initiative⁷; Impact Management Project⁸; Leeds School of Business – University of Colorado⁹; Université de Genève¹⁰; World Benchmarking Alliance¹¹; United Nations Development Programme (PNUD, da sigla em português)¹².

A ferramenta segue, basicamente, a seguinte estrutura:

- Definição das áreas de impacto
- Divisão em dimensões, critérios, indicadores
- Sistema de pontuação
- Relatórios: pontuação por área de impacto, desempenho em relação aos ODS, verificação de respostas (upload de evidências), indicação de melhorias.

A figura abaixo demonstra o *dashboard* inicial da ferramenta.

⁵ <https://bcorporation.net>

⁶ <https://www.humanrights.dk/>

⁷ <https://www.globalreporting.org/>

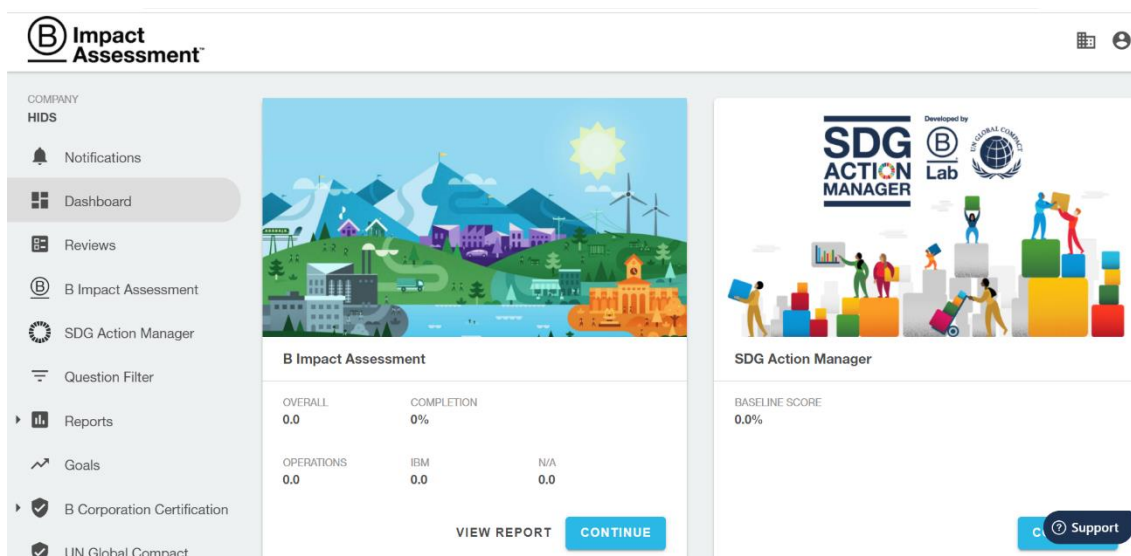
⁸ <https://impactmanagementproject.com/>

⁹ <https://www.colorado.edu/business/>

¹⁰ <https://www.unige.ch/>

¹¹ <https://www.worldbenchmarkingalliance.org/>

¹² <https://www.undp.org/>

Figura 4. *Dashboard* da ferramenta **SDG Action Manager**

Fonte: SDG Action Manager (<https://www.pactoglobal.org.br/pg/sdg-action-manager>)

O SDG Action Manager contribui para que as empresas/ instituições encontrem um ponto de partida em relação às contribuições com os ODS a partir do preenchimento do módulo de linha de base. Conforme os avanços no preenchimento, é possível conhecer o impacto atual da empresa e definir metas para acompanhar suas melhorias. A ferramenta possui uma função multiusuário, que permite a colaboração no preenchimento entre pessoas da mesma instituição e, ao se fazer a inscrição de uma determinada empresa/ instituição, é possível determinar o perfil desta e, conseqüentemente, as questões para serem respondidas serão de acordo com estas respostas.

A ferramenta é dividida em duas partes: Avaliação de Impacto B e a SDG Action Manager propriamente dita. No questionário SDG Action Manager, são recomendados um módulo básico inicial e os módulos referentes aos ODS em que a empresa identificada no preenchimento do perfil tem mais oportunidades de contribuir, com base na análise de mercado da World Benchmarking Alliance.

Muitos outros fatores podem ser usados para identificar onde uma empresa/ instituição deve priorizar seus esforços e, por isso, é recomendado que as empresas realizem sua própria análise específica de contexto para identificar os ODS prioritários com base em fatores como geografia, setor, engajamento de partes interessadas, etc. O preenchimento do questionário permite à empresa a identificação de seu desempenho em relação aos ODS e também a comparação com outras instituições, conforme demonstrado na figura abaixo.

Figura 5. Desempenho em relação aos ODS - ferramenta SDG Action Manager



Fonte: SDG Action Manager (<https://www.pactoglobal.org.br/pg/sdg-action-manager>)

As tabelas abaixo demonstram a estrutura de cada uma dessas partes, de acordo com um teste simulado para uma instituição com perfil de Educação Superior. Os questionários completos deste exemplo de perfil encontram-se no Anexo 2 (Questionário SDG Action Manager) e 3 (Questionário Avaliação de Impacto B).

Tabela 3. Estrutura do questionário SDG Action Manager

(Exemplo para instituição de Educação Superior)

Área de impacto (módulos recomendados para o exemplo)	Nº de Questões	Tópicos de impacto
Módulo Básico	32 questões	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução • Direitos Humanos • Trabalho • Meio ambiente • Anticorrupção
ODS 4 (Educação de Qualidade)	25 questões	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de negócios • Operações internas • Cadeia de abastecimento • Ação coletiva • Nível de risco • Outros
ODS 5 (Igualdade de Gênero)	32 questões	
ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico)	35 questões	
ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)	20 questões	
ODS 14 (Vida na Água)	26 questões	

Tabela 4. Estrutura do questionário da Avaliação de Impacto B

(Exemplo para instituição de Educação Superior)

Área de impacto	Tópicos de impacto	Nº de Questões
Governança	<ul style="list-style-type: none"> • Missão & Engajamento • Ética e transparência • Métricas de governança • Proteção da missão da empresa 	25 questões
Trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> • Métricas sobre Trabalhadores • Segurança financeira • Saúde, segurança e bem-estar • Desenvolvimento profissional • Engajamento e satisfação 	40 questões
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à área de impacto "Comunidade" • Diversidade, equidade e inclusão • Impacto econômico • Engajamento Cívico & Doações • Gestão da cadeia de abastecimento 	39 questões
Meio Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à área de impacto "Meio ambiente" • Gestão ambiental • Ar e clima • Água • Terrenos e vida 	55 questões
Clientes	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução à área de impacto "Clientes" • Gestão de clientes • Modelos Educacionais e Participação Estudantil • Marketing, recrutamento e transparência • Experiência Estudantil • Resultados de Impacto Estudantil 	78 questões

A Avaliação de Impacto B possui ainda um módulo com 64 questões que compõe o Questionário de Divulgação. Trata-se de uma série final de perguntas que a empresa responderá para divulgar, de forma confidencial ao B Lab, quaisquer práticas, multas ou sanções sensíveis relacionadas à empresa respondente ou a seus parceiros, caso a empresa queira buscar uma Certificação B Corporation, ela precisará responder à essas perguntas, além de passar por etapas de verificação e pagamento da taxa de certificação, que varia de acordo com a região (país) onde está localizada a empresa e seu faturamento¹³.

¹³ <https://bcorporation.net/>

3. Outras metodologias de avaliação e relato de sustentabilidade corporativa

3.1. Global Reporting Initiative

Os primeiros relatórios de sustentabilidade tinham por objetivo a apresentação dos impactos ambientais causados pelas empresas durante suas operações e as ações de mitigação por elas realizadas. Porém, com o passar do tempo, novos conceitos foram sendo agregados e atualmente os relatórios de sustentabilidade são utilizados para a divulgação de outras atividades além das ambientais, como por exemplo práticas éticas e sociais.

O número de empresas que publicam relatórios de sustentabilidade vem crescendo ano a ano, sendo que a maioria segue o padrão da Global Reporting Initiative (GRI). A GRI é uma organização internacional, independente e foi fundada em 1997 a partir da reunião de ambientalistas, ativistas sociais e representantes de fundos socialmente responsáveis, que desenvolve uma Estrutura de Relatórios de Sustentabilidade. A GRI fornece o que pode ser considerado um roteiro para nortear as atitudes de sustentabilidade das empresas, com diretrizes para essas fazerem seus relatórios de sustentabilidade, além de ser um modelo amplamente utilizado no mundo todo. Segundo a GRI, os relatórios de sustentabilidade têm por finalidade:

“Elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar e prestar contas para stakeholders internos e externos do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável. ‘Relatório de sustentabilidade’ é um termo amplo considerado sinônimo de outros relatórios cujo objetivo é descrever os impactos econômicos, ambientais e sociais (*triple bottom line*) de uma organização, como o relatório de responsabilidade social empresarial, o balanço social, etc” (GRI, 2011, p. 3)

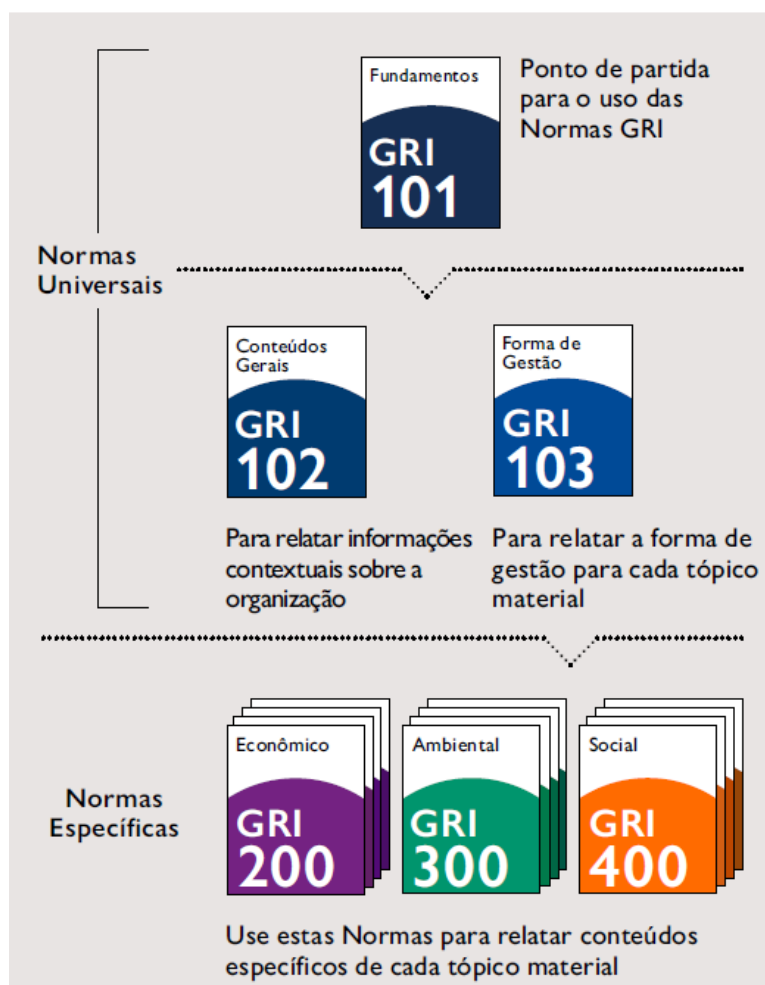
Além disso, segundo a GRI, os relatórios de sustentabilidade podem ter como propósito: ser um padrão de referência (*benchmarking*) e avaliação do desempenho de sustentabilidade no que diz respeito às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias; demonstrar como a organização influencia e é influenciada por expectativas de desenvolvimento sustentável; comparar seu desempenho dentro da organização e entre organizações diferentes ao longo do tempo (GRI, 2011).

A primeira versão das diretrizes para confecção de relatórios seguindo o modelo proposto pela GRI foi publicada em 2000. Desde então, estas vem passando por constantes revisões, chegando à publicação de sua quarta versão, o GRI G4, no ano de 2013. Esta versão estabelece a estruturação dos relatórios de sustentabilidade em oito seções: Estratégia e Análise; Perfil Organizacional; Aspectos Materiais e Limitações; Envolvimento dos Stakeholders; Perfil de Relatório; Governança; Ética e Integridade; e aspectos específicos (Global Reporting Initiative, 2015).

Desde 2018, a versão GRI G4 vem sendo substituída pela versão GRI Standards, cuja proposta é garantir às empresas relatoras distinções mais claras entre o que é requisito, recomendação e orientação para se declarar de acordo com as opções GRI Standards – Essencial ou Abrangente. Sabe-se que, até aqui, muitas empresas declaravam reportar com G4, mas não seguiam a metodologia de forma adequada. O GRI Standards estabelece com mais rigor essa transformação sugerindo um pouco mais de firmeza quanto ao uso da metodologia. Contudo, há flexibilidade para relatar parte do conteúdo ou uma série específica ambiental, social ou econômica.

A grande quantidade de informações operacionais e indicadores presentes nos relatórios de sustentabilidade faz com que estes sejam fontes valiosas de pesquisa acadêmica, permitindo análises diversas como as práticas de Responsabilidade Social Corporativa e gestão de uma companhia, setor ou localidade; as relações que uma companhia estabelece com seus diferentes grupos de *stakeholders*; o formato no qual as informações são divulgadas; a linguagem usada na divulgação das informações e as formas de legitimar possíveis impactos negativos; dentre outros.

Entretanto, a credibilidade das informações é um fator relevante para análise das informações presentes nos relatórios de sustentabilidade. Mesmo com a crescente adesão ao padrão GRI, algumas questões problemáticas relacionadas à publicação de relatórios de sustentabilidade ainda permanecem relevantes. Castro, Siqueira, & Macedo (2011) destacam a falta de abrangência dos relatórios, associada à não evidenciação de aspectos negativos ou à preocupação com a imagem da empresa, favorecendo supressão de dados que poderiam denegrir sua imagem. Neste sentido, as grandes empresas têm seus relatórios acreditados por auditorias externas, na busca pela autenticação das informações publicadas.

Figura 6. Visão Geral das Normas GRI

Fonte: Normas GRI, 2020 (<https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>)

Independentemente das questões referentes à qualidade dos dados presentes nos relatórios de sustentabilidade, o progressivo acesso à informação aproximou investidores, empresas e sociedade. Em paralelo, com a ampliação do conhecimento sobre o tema da sustentabilidade, os investidores vêm optando por empresas com práticas sustentáveis, que tendem a apresentar, no longo prazo, retornos financeiros superiores às demais. Surge então, a necessidade de divulgar informações relevantes ao impacto social, ambiental e econômico das empresas.

3.2. Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3)

Além dos relatórios de sustentabilidade, bolsas de valores vêm adotando medidas e índices específicos para formação de carteiras de empresas avaliadas por suas práticas sustentáveis. Em 1999, o Dow Jones Sustainability Indexes (DJSI) foi o primeiro índice

a monitorar modelos de gestão e compromisso com fatores éticos e socioambientais. A seleção das empresas que compõem o índice é conduzida pela RobecoSAM AG, empresa especializada em gestão de ativos e na oferta de produtos e serviços no campo de investimentos sustentáveis. Recentemente foi lançada a carteira de 2020/2021, que reúne 323 empresas de setores variados da indústria mundial, sendo 7 empresas brasileiras na seleção global (Bradesco, Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Itaúsa, Klabin, Renner e Cemig) e 9 empresas brasileiras no índice de mercados emergentes (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Itaúsa, Embraer, Fleury, Natura, Klabin e Suzano).

No Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) foi criado em 2005 pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial; além de atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro. O ISE foi originalmente financiado pela International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, seu desenho metodológico é responsabilidade do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVCes) da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP), e a Bolsa é responsável pelo cálculo e pela gestão técnica do índice.

O objetivo do ISE B3 é “apoiar os investidores na tomada de decisão de investimento e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade, uma vez que as práticas ESG (Ambiental, Social e de Governança Corporativa, na sigla em inglês) contribuem para a perenidade dos negócios”. Os ativos elegíveis são as companhias detentoras das 200 ações mais líquidas da B3, em um critério objetivo.

A carteira de 2020 do índice reúne 36 ações de 30 companhias, representa 15 setores e soma R\$ 1,64 trilhão em valor de mercado, 37,62% do total do valor de mercado das companhias com ações negociadas na B3, com base no fechamento de 26/11/2019¹⁴. A composição da carteira do índice é anual.

O processo pressupõe o preenchimento de um questionário composto por 7 dimensões:

- Geral;
- Econômico–Financeiro;
- Ambiental;
- Governança Corporativa;
- Social;
- Mudança do Clima;

¹⁴ http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/b3-divulga-a-15-carteira-do.htm

- Natureza do Produto.

Cada dimensão é subdividida em critérios, esses são subdivididos em indicadores e, para cada indicador, há uma ou mais pergunta avaliativa e as alternativas para respostas. São atribuídos pesos aos indicadores, definidos pelo contexto atual da gestão empresarial e das demandas da sociedade. A figura abaixo representa a estrutura geral da ferramenta de avaliação do ISE B3.

Figura 7. Estrutura Geral do Questionário – ISE B3



Fonte: Elaboração própria a partir de <http://iseb3.com.br/questionario-ise-b3-2020---versao-final>

Cabe ressaltar que os questionários e seus indicadores passam por um processo de revisão periódica e aberta para consultas públicas de aprimoramento. No Anexo 5 encontra-se o mapa de indicadores do ISE B3.

3.3. Relato Integrado (IR)

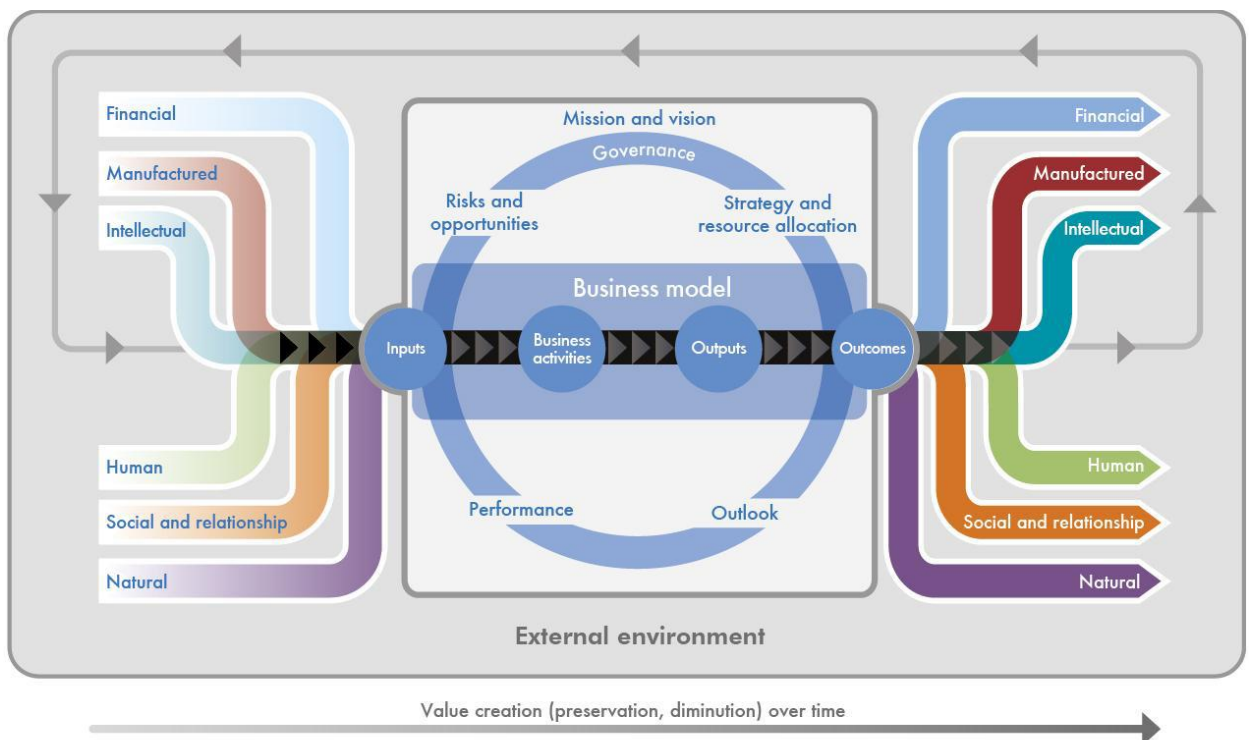
Apesar de existir um esforço cada vez maior de unificar as informações relatadas pelas empresas no âmbito econômico, social e ambiental, os relatórios corporativos são divulgados, em sua maioria, de forma a evidenciar os dados contábeis e não contábeis de maneira desconexa, não demonstrando de maneira clara os fatos mais relevantes concernentes à organização. Por isso, em 2013 o IIRC (International Integrated Reporting Council), coalizão global de reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs, divulgou a Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) do Relato Integrado, com o objetivo de suprir essa defasagem de informações. Não se trata, entretanto, de um novo relatório, mas de uma nova forma de reportar as ações e resultados das empresas. O **Anexo 6** contém a estrutura internacional para Relato Integrado.

As orientações do modelo proposto de relato integrado abordam conceitos importantes referentes à geração de valor dentro e fora da organização por meio da interação de seus capitais, sendo que a capacidade de gerar valor para si mesma está diretamente relacionada à geração de valor para terceiros. Os capitais são classificados na estrutura conceitual como:

- Capital financeiro – conjunto de recursos financeiros disponíveis para uma organização para produção de bens ou prestação de serviços;
- Capital manufaturado – objetos físicos manufaturados disponíveis a uma organização para uso na produção de bens ou na prestação de serviços
- Capital intelectual – intangíveis organizacionais baseados em conhecimento
- Capital humano – competências, habilidades e experiência das pessoas e suas motivações para inovar
- Capital social e de relacionamento – relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo
- Capital natural – recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que fornecem bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura de uma organização.

Esta classificação não precisa obrigatoriamente ser adotada pelas organizações, mas oferece uma sustentação teórica do conceito da geração de valor e servem como diretriz para assegurar que as organizações levem em conta todas as formas de capital utilizadas ou afetadas por elas. A figura abaixo demonstra o papel dos capitais no processo de geração de valor.

Figura 8. Processo de geração de valor – IR



Fonte: IIRC, 2014

4. Conclusões

O Hub Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (HIDS) tem como premissa ser um “modelo de desenvolvimento urbano sustentável e inteligente na forma de laboratório vivo”¹⁵. Para isso, o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se faz necessário na medida que esta é a principal agenda mundial neste tema, capitaneada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A implementação dos ODS sob a perspectiva de seu alinhamento às estratégias empresariais vem sendo liderada pela Rede Brasileira do Pacto Global, instituição vinculada à ONU que atua como “guardiã” do tema no Brasil. O principal objetivo de incluir esta abordagem na construção da metodologia de avaliação de sustentabilidade do HIDS é apoiar-se nas ferramentas já desenvolvidas em âmbito global e que vem sendo amplamente utilizadas, no sentido de incorporar os ODS também nas estratégias do HIDS de forma efetiva, eficaz e mensurável.

Independentemente da adoção ou não das ferramentas apontadas neste relatório (SDG Compass e SDG Action Manager), fica claro que o HIDS precisará empenhar esforços para realização de etapas fundamentais que permitam essa incorporação dos ODS em suas estratégias. De maneira sucinta, sugere-se a adoção dos seguintes passos:

- Definição dos **direcionadores estratégicos** do HIDS;
- Mapeamento de **impactos positivos e negativos** do HIDS e das atividades que lá serão executadas;
- Realização de um **amplo mapeamento de stakeholders**, garantindo inclusão e representatividade;
- Elaboração de uma **matriz de priorização dos stakeholders** mapeados;
- Realização de um **amplo processo de engajamento dos stakeholders** mapeados, incluindo comunidades impactadas, organizações da sociedade civil, empresas, governos locais, regionais e nacionais, grupos de advocacy, órgãos reguladores, membros internos ao HIDS (equipes, conselho);
- Definição da **materialidade do HIDS**;
- Definição dos **ODS prioritários para o HIDS**, considerando os impactos positivos e negativos de sua atuação;
- Definição de **indicadores e metas** capazes de medir a contribuição do HIDS para o atingimento dos ODS.

¹⁵ <http://www.hids.depi.unicamp.br/>

As etapas iniciais aqui sugeridas são de fundamental importância para a elaboração da metodologia de avaliação de sustentabilidade do HIDS como um todo. É bastante desafiador a definição de indicadores sem que se defina, *a priori*, o que irá reger o HIDS em termos conceituais e práticos, definindo-se seus direcionadores estratégicos e as atividades que ali serão desenvolvidas e/ ou sua estrutura física.

Desta forma, a consolidação de metodologias já consagradas de avaliação de sustentabilidade pode fornecer diretrizes importantes sobre qual o estado da arte em sustentabilidade e quais indicadores e metas deverão ser seguidos. Em especial sobre a contribuição dos ODS, o exercício de priorização inicial é fundamental para que se direcionem os esforços de ação, além de contribuir para criação de uma linha de base.

De todo modo, ainda que se faça um esforço de definição de indicadores preliminares que deverão ser monitorados pela plataforma de avaliação de sustentabilidade em elaboração pelo HIDS, sugere-se que sejam adotados os passos acima descritos e, posteriormente, a partir de um desenho mais claro sobre a atuação do HIDS, sejam realizadas as atualizações/ revisões necessárias.

4.1.1. Próximos Passos

Como próximos passos, estão previstas as seguintes atividades:

- Conclusão do Produto 4 – entrega em novembro/2020;
- Organização do 1º Webinar com especialistas para debater sobre os principais direcionadores que deverão reger a construção da metodologia de avaliação de sustentabilidade do HIDS. O evento está previsto a primeira semana de dezembro/2020;
- Elaboração e compartilhamento com a equipe da componente de uma Matriz de articulação das metodologias e proposição de indicadores preliminares;
- Elaboração do Produto 6 - Metodologia (modelo) para a avaliação da sustentabilidade de todas as atividades a serem desenvolvidas no HIDS.

5. Anexos

Anexo 1 – SDG Compass

Anexo 2 - Questionário Avaliação de Impacto B

Anexo 3 - Questionário SDG Action Manager

Anexo 4 - GRI Standards

Anexo 5 - Mapa de Indicadores do ISE B3

Anexo 6 - Integrated Report Framework

6. Referências

LEAL FILHO, W. Dealing with misconceptions on the concept of sustainability. **International journal of sustainability in higher education**, v. 1, n. 1, p. 9–19, 2000.

LEITE, Clara Martins. **Implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável em empresas: contribuições do investimento social privado no Brasil**. 2018. 1 recurso online (106 p.). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/331708>>

GLOBAL REPORTING INITIATIVE, **Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>

IIRC, Framework do Relato Integrado. 2014. Disponível em: <http://www.theiirc.org/wp-content/uploads/2014/04/13-12-08-Basis-for-conclusions-IRPortugese-translation.pdf>

UNGC; GRI; WBCSD. **SDG Compass: the guide for business action on the SDGs**. Sept/2015. Disponível em: <<http://sdgcompass.org/>>.

WCED. World Commission on Environment and Development. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.